



INFORMATIVO COMED

PARANAGUÁ

DEZEMBRO/2012

ANO I

Nº 01

GESTÃO 2012/2014

Fabiola Soares

Presidente

Antonio Luiz Freitas Morato

Vice PresidenteRosiana de Moura Proença
Pereira**Secretária Executiva***Fale Conosco***Endereço**Terminal Urbano "Daniel
Bind" - Praça Almirante
Tamandaré - Sala 02 Centro
Histórico - Paranaguá - CEP
83.203- 220**Telephone:** (41) 3420-6061
email:comed.paranagua@hotmail.com
comed@paranagua.pr.gov.br**homepage:**[http://www.pmpgua conteudo/se
cretarias-e-orgaos/conselho-de-
educacao](http://www.pmpgua conteudo/se
cretarias-e-orgaos/conselho-de-
educacao)**Editorial**

Neste primeiro Informativo apresentamos o papel do Conselho Municipal de Educação nas políticas educacionais do município de Paranaguá e o histórico de como tudo começou.

Conforme Lei 2759/07, que institui o Conselho Municipal de Educação de Paranaguá - COMED/PGUÁ, como órgão normativo que tendo por finalidade orientar, coordenar e assessorar a política educacional deste município.

Com a implantação do sistema municipal de ensino e consequentemente do Conselho Municipal de Educação, deve-se considerar a responsabilidade e o compromisso ao deliberar procedimentos locais, dando-se abertura de espaços para a participação da sociedade nas decisões educacionais, mobilizando os segmentos sociais e sua representatividade.

Para que possam colaborar com o processo de democratização do ensino, o conselheiro deve conscientizar-se da sua função e sua representatividade no compartilhamento de decisões e informações, na análise da realidade, tendo como função orientar, opinar, decidir e mediar sobre tudo o que tem a ver com a qualidade da educação municipal.

E, por fim, queremos que os profissionais da educação e representantes de segmentos sociais do nosso município aprendam que o Conselho Municipal de Educação é mais do que um canal comunicacional para ressonância das demandas sociais, possui dimensão jurídica e têm poder de tornar efetivos os valores, as questões e os dilemas vivenciados no espaço da sociedade civil.

Cons. Fabíola Soares¹*Presidente do COMED/Paranaguá*

¹ Professora da Rede Municipal de Ensino. Pedagoga. Especialista em: Educação Infantil (UCB); Educação do Campo (UFPR); Gestão Pública Municipal (UFPR). Coordenadora da Região Metropolitana da UNCME/PR.



HISTÓRICO

Com a Constituição Federal em 1988 estabelecendo como um dos princípios norteadores da educação nacional, a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei” (Art. 205, inciso VI), fez com que surgissem estudos e discussões a respeito das novas possibilidades e formas de gerir os sistemas educacionais, incluindo concepções e práticas democráticas, nas quais os sujeitos possam ter garantia de ampla participação nas decisões e no cumprimento de finalidades e objetivos educacionais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9394/96, estabelece (art. 11, parágrafo único) possibilidades de organização da educação municipal, como integrar-se ao sistema estadual, decisão que cabe ao município, ou constituir com o Estado um sistema único de educação básica, decisão que deverá ser compartilhada com o estado.

A existência de conselho de educação nos municípios é fundamental para a democratização da gestão do ensino público, independentemente da instituição de sistema próprio. Ao assumir sua autonomia conferida pela legislação, cabe ao Município a incumbência de estabelecer normas complementares para o seu sistema, através do seu órgão normativo.

Faz-se imprescindível consolidar esta estrutura educacional para que garanta a aprendizagem escolar e a participação coletiva na avaliação das ações pedagógicas e administrativas do poder público municipal, incentivando as ações colegiadas que propiciem a intervenção organizada, bem como as atitudes preservadoras de autonomia municipal e de representatividade social.

Saviani considera que:

“A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional como lei maior da educação no país, por isso mesmo chamada, quando se quer acentuar a sua importância, de” carta magna da educação”, ela situa-se imediatamente abaixo da Constituição, definindo as linhas mestras do ordenamento geral da educação brasileira. Dado esse caráter de um lei geral, diversos de seus dispositivos necessitam ser regulamentos por meio de legislação específica de caráter complementar. É precisamente nesse contexto que se vai processando, por iniciativas governamentais, o delineamento da política educacional que se busca complementar.”(SAVIANI, 2008, pg.2).

COMPOSIÇÃO DO COMED:

Educação Infantil - Francielle de S. M. Pazinato e Ana Lúcia Godoy Bonafini

Ensino Fundamental (A.I.) Antonio Luiz Freitas Morato e Simone Pereira de Mello

Ensino Fundamental (A.F.) Maria Cristina da S. Filadelfo e Luciane R. J. Smanioto

EJA - Pedro Martins Machado e Vanilza Gonçalves do Rosário

Ed. Especial - Célia R. Poplade dos Santos e Silmara dos Santos Silva

Ed. Do Campo - Luciane Godoy Bonafini e Alessandra Batista

Ensino Integral - Elislaine da Rosa Zela e Izabel de Freitas Maria dos Santos

Rede Particular de Ensino - Tânia do R. Rabij e Luiz Antonio Pinto

Ensino Superior - Rangel Angelotti e Mary Sylvia Miguel Falcão

Pais e Alunos da Rede Municipal de Ensino - Fabíola Soares e Dilsa Batista Moraes

NRE/PGUÁ - Viviane Simioni e Luci Costa Pinto

SEMEDI - Ana Carolina Rodrigues da Luz e Ana Paula L. de S. Stamato

Câmara Legislativa - Danielle Alves Costa e Rafaela Gomes da Silva



Para alcançar a melhoria da qualidade da educação, os sistemas de ensino, iniciam o processo de descentralização e democratização da gestão escolar motivados pelas forças das políticas educacionais (PEIXOTO, 2009).

No âmbito da gestão municipal de Políticas Públicas, os Conselhos representam um espaço de maior facilidade de expressão, já que a descentralização permite considerar as particularidades regionais, tendo assim, a possibilidade de adaptar o ensino de acordo com a demanda local, sem descaracterizar o sentido real desta (BORDIGNON, 2009).

Para que haja a regulamentação de forma normativa, é necessário democratizar todo esse processo para que seja visto e respeitado as peculiaridades de cada região, com formas de políticas descentralizadoras.

Bordignon e Gracindo indicam que:

“A gestão do sistema municipal de educação requer um enfoque que implique trabalhar decisões a respeito do rumo futuro e se fundamenta na finalidade da escola e nos limites e possibilidades da situação presente. Para isso, trabalha visualizando o presente e o futuro, identificando as forças, valores, surpresas e incertezas e a ação dos atores sociais e suas relações com o ambiente, como sujeitos da construção da história humana, gerando participação, co-responsabilidade e compromisso.” (BORDIGNON, GRACINDO, 2000, pg.159).

Em Paranaguá, este processo começou em 29 de maio de 2007, com a Lei Municipal nº 2.759, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação (COMED), e em 10 de setembro do mesmo ano a Lei Complementar que dispõe o Sistema Municipal de Ensino.

Decorreu uma gestão “*pro tempore*”, entre 2007 a 2009, para organizar e estruturar o Conselho, construindo o seu Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 393, de 22 de abril de 2009.

O COMED, como órgão municipal de educação, tem por objetivo fundamental assegurar aos grupos representativos a comunidade o direito de participar da definição das diretrizes da Educação do Município, concorrendo para levar à qualidade dos serviços educacionais.

Sua composição e a forma de escolha dos conselheiros revelam a concepção e a natureza do Conselho, portanto, quanto mais a pluralidade das categorias de educadores e da comunidade estiver representada, mais o Conselho expressa a voz e as aspirações da sociedade (BORDIGNON, 2009).

Cabe a cada conselheiro ter olhar para a qualidade da educação e do interesse coletivo, não somente de defesa de sua categoria, mas sim de expressar a opinião da categoria sobre o tema em análise.

Somente no final de 2009, a Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral de Paranaguá, desvincula-se do sistema estadual de ensino, iniciando o COMED a normatizar seus atos neste período.

Mas então o que é Sistema Municipal de Educação?

É a organização legal dos elementos que se articulam para a efetiva concretização da autonomia do município, na área da educação.



É composto pelos seguintes elementos:

- ✓ instituições de ensino públicas municipais de educação básica;
- ✓ instituições de ensino da rede privada de educação infantil;
- ✓ secretaria municipal da educação;
- ✓ órgãos municipais sendo eles: conselho municipal de educação ; conselho municipal do FUNDEB; e o conselho municipal da alimentação escolar.

Cada sistema de ensino atua em função das necessidades e dos objetivos específicos de sua região (submetidos às diretrizes gerais da Educação Nacional) LDB Art. 18.

O que é Conselho Municipal de Educação?

É o órgão do sistema responsável pela legislação educacional, que regulamenta, fiscaliza e propõe medidas para melhoria das políticas educacionais. É também um instrumento de ação social atendendo a demandas da sociedade quanto a transparência no uso dos recursos e a qualificação dos serviços públicos educacionais. A sociedade, representada no conselho, torna-se vigilante na defesa do direito de todos à educação de qualidade e na observância dos regulamentos e leis federais.

O Conselho Municipal, em sintonia com as políticas nacional e estadual, deve estar aberto à participação das diversas tendências educacionais, o que o torna representativo entre os habitantes do município e perante os demais organismos de poder. O Conselho deve dividir com a população a preocupação com a educação municipal na busca de alternativas para os problemas existentes, evitando vínculo com partidos políticos.

Qual é a importância da criação do Conselho Municipal de Educação?

Atuar na defesa dos direitos educacionais assegurados nas leis vigentes; sensibilizar os poderes públicos municipais quanto às responsabilidades no atendimento das demandas dos segmentos, em conformidade com as políticas públicas da educação; procurar formas de parcerias que defendam o direito de todos à educação de qualidade; municipalizar a preocupação na resolução dos problemas educacionais; participar da formulação, implantação, supervisão e avaliação da política educacional; e • estabelecer um elo interlocutor entre a sociedade e o poder público.

Qual a competência COMED?

Baixar normas complementares às nacionais, autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos de ensino (LDB Art. 11).

- Participação social
 - **Mobilizadora**
 - **Controle Social**



- Técnica pedagógica
 - Normas Educacionais – Deliberativa, Consultiva e Fiscalizadora
 - Planejamento e Políticas Educacionais – Propositiva e Consultiva

Consultiva – Responder a consultas sobre alvará, credenciamento e leis educacionais e suas aplicações, submetidas a ele por entidades da sociedade pública ou civil (Secretaria Municipal da Educação, escolas, universidades, sindicatos, câmara municipal, Ministério Público), cidadão ou grupo de cidadãos.

Propositiva – sugerir políticas de educação, sistemas de avaliação institucional, medidas para melhoria de fluxo e de rendimento escolar e propor cursos de capacitação para professores.

Mobilizadora – estimular a sociedade no acompanhamento dos serviços educacionais; informá-la sobre as questões educacionais do município; tornar-se um espaço de reunião de esforços do executivo e da comunidade para melhoria da educação.

Deliberativa – essa atribuição deverá ser definida na lei que cria o conselho, que pode, por exemplo, aprovar regimentos e estatutos; autorizar cursos, séries ou ciclos; e deliberar sobre os currículos propostos pela secretaria.

Normativa – só é exercida quando existe o sistema de ensino próprio. Ele pode assim, elaborar normas complementares às nacionais em relação às diretrizes para regimento escolar, determinar critérios para acolhimento de alunos sem escolaridade e interpretar a legislação e as normas educacionais.

Fiscalizadora – promover sindicâncias, solicitar esclarecimento dos responsáveis ao constatar irregularidades e denunciá-las aos órgãos competentes. (Secretaria Municipal de Educação, Ministério Público, Tribunal de Contas, Câmara dos Vereadores).

Deliberações

As Deliberações são a expressão da autonomia do Sistema Municipal de Ensino, são determinações de caráter normativo ou decisório, aprovadas pelo Conselho Pleno, a partir de estudos, discussões e de embasamento legal, e que devem ser observados e seguidos, para instrução de processos e na condução do funcionamento das escolas e dos órgãos municipais de educação, e refletem a filosofia do Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá.

Quais as deliberações já instituídas pelo COMED?

- ✓ 01/09 – Interconciliar
- ✓ 02/09 – Normas para o Calendário Escolar
- ✓ 03/09 – Normas para a Educação Infantil
- ✓ 01/10 – Implantação do Ensino Fundamental de 09 anos



- ✓ 02/10 – Normas para criação, autorização de funcionamento, renovação da autorização de funcionamento, verificação, cessação de atividades escolares e experiência pedagógica.
- ✓ 03/10 – Projeto Político-Pedagógico
- ✓ 04/10 – Regimento Escolar
- ✓ 05/10 – Ensino em Tempo Integral
- ✓ 01/11 – Educação do Campo
- ✓ 01/12 - Vinculação das Instituições de Ensino que ofertam Educação Infantil na modalidade da Educação Especial ao Sistema Estadual de Ensino.
- ✓ 02/12 - Define diretrizes operacionais para a matrícula do Ensino Fundamental e na Educação Infantil.

Pareceres

Os Pareceres são opiniões fundamentadas na legislação sobre determinados assuntos de competência do COMED, expressando a opinião conclusiva. São os atos escritos, apreciados, aprovados e emitidos pelas Câmaras e pelas Comissões do COMED e todos deverão ser aprovados pelo Plenário do COMED.

2009	2010	2011	2012
02	54	104	35

Todos os atos administrativos são publicizados no seguinte endereço:

<http://www.pmpgua/conteudo/secretarias-e-orgaos/conselho-de-educacao>

Ensinar não é transferir conhecimento,
mas criar as possibilidades para a sua
própria produção ou a sua construção.

Paulo Freire